

TRT 8- (PA, AP)

Analista Judiciário –
Área Judiciária

Tribunal Regional do
Trabalho da 8ª Região
(Pará, Amapá)

Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

- 1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- 2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.
- 3 Domínio da ortografia oficial.
- 4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.
 - 4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.
 - 4.2 Emprego de tempos e modos verbais.
- 5 Domínio da estrutura morfossintática do período.
 - 5.1 Emprego das classes de palavras.
 - 5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.
 - 5.4 Emprego dos sinais de pontuação.
 - 5.5 Concordância verbal e nominal.
 - 5.6 Regência verbal e nominal.
 - 5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.
 - 5.8 Colocação dos pronomes átonos.
- 6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.
 - 6.1 Significação das palavras.
 - 6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.
 - 6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.
 - 6.4 Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 1 Estruturas lógicas.
- 2 Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.
- 3 Lógica sentencial (ou proposicional).
 - 3.1 Proposições simples e compostas.
 - 3.2 Tabelas-verdade.
 - 3.3 Equivalências.
 - 3.4 Leis de De Morgan.
 - 3.5 Diagramas lógicos.
- 4 Lógica de primeira ordem.
- 5 Princípios de contagem e probabilidade.
- 6 Operações com conjuntos.
- 7 Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA APLICADA

- 1 LibreOffice.
 - 1.1 Writer (conhecimentos básicos; edição e formatação de textos).
 - 1.2 Calc (conhecimentos básicos; criação de planilhas e gráficos; uso de fórmulas e funções; configurar página; impressão; formatação).
- 2 Navegadores web (Microsoft Edge, Firefox e Chrome; mecanismos de busca avançada no Google).
3. G Suite (Drive, Gmail, Google Agenda, Meet, Sheets e Docs).

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

Direitos das pessoas com deficiência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 1 Constituição.
 - 1.1 Conceito, objeto, elementos e classificações.
 - 1.2 Supremacia da Constituição.
 - 1.3 Aplicabilidade das normas constitucionais.
 - 1.4 Interpretação das normas constitucionais.
 - 1.4.1 Métodos, princípios e limites.
- 2 Poder constituinte.
 - 2.1 Características.
 - 2.2 Poder constituinte originário.
 - 2.3 Poder constituinte derivado.
- 3 Princípios fundamentais.
- 4 Direitos e garantias fundamentais.
 - 4.1 Direitos e deveres individuais e coletivos.
 - 4.2 Habeas corpus, mandado de segurança, mandado de injunção e habeas data.
 - 4.3 Direitos sociais.
 - 4.4 Nacionalidade.
 - 4.5 Direitos políticos.
 - 4.6 Partidos políticos.
- 5 Organização do Estado.
 - 5.1 Organização político-administrativa.
 - 5.2 Estado federal brasileiro.
 - 5.3 A União.
 - 5.4 Estados federados.
 - 5.5 Municípios.
 - 5.6 O Distrito Federal.
 - 5.7 Territórios
 - 5.8 Intervenção federal.
 - 5.9 Intervenção dos estados nos municípios.
- 6 Administração pública.

- 6.1 Disposições gerais.
- 6.2 Servidores públicos.
- 6.3 Militares dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- 7 Organização dos poderes no Estado.
 - 7.1 Mecanismos de freios e contrapesos.
 - 7.2 Poder legislativo.
 - 7.2.1 Estrutura, funcionamento e atribuições.
 - 7.2.2 Comissões parlamentares de inquérito.
 - 7.2.3 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
 - 7.2.4 Tribunal de Contas da União (TCU).
 - 7.2.5 Processo legislativo.
 - 7.2.6 Prerrogativas parlamentares.
 - 7.3 Poder executivo.
 - 7.3.1 Presidente da República.
 - 7.3.1.1 Atribuições, prerrogativas e responsabilidades.
 - 7.3.2 Ministros de Estado.
 - 7.3.3 Conselho da República e de Defesa Nacional.
 - 7.4 Poder judiciário.
 - 7.4.1 Disposições gerais.
 - 7.4.2 Órgãos do poder judiciário.
 - 7.4.2.1 Organização e competências.
 - 7.4.3 Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- 8 Funções essenciais à justiça.
 - 8.1 Ministério Público.
 - 8.1.1 Princípios, garantias, vedações, organização e competências.
 - 8.2 Advocacia Pública.
 - 8.3 Advocacia e Defensoria Pública.
- 9 Controle da constitucionalidade.
 - 9.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro.
 - 9.2 Controle incidental ou concreto.
 - 9.3 Controle abstrato de constitucionalidade.
 - 9.4 Exame in abstractu da constitucionalidade de proposições legislativas.
 - 9.5 Ação declaratória de constitucionalidade.

- 9.6 Ação direta de inconstitucionalidade.
- 9.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- 9.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- 9.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.
- 9.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.
- 10 Defesa do Estado e das instituições democráticas.
- 11 Sistema Tributário Nacional.
 - 11.1 Princípios gerais.
 - 11.2 Limitações do poder de tributar.
 - 11.3 Impostos da União, dos Estados e dos municípios.
 - 11.4 Repartição das receitas tributárias.
- 12 Finanças públicas.
 - 12.1 Normas gerais.
 - 12.2 Orçamentos.
- 13 Ordem econômica e financeira.
 - 13.1 Princípios gerais da atividade econômica.
 - 13.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.
- 14 Sistema Financeiro Nacional.
- 15 Ordem social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 1 Introdução ao direito administrativo.
 - 1.1 Origem, natureza jurídica e objeto do direito administrativo.
 - 1.2. Os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo.
 - 1.3 Fontes do direito administrativo.
 - 1.4 Sistemas administrativos: sistema inglês, sistema francês e sistema adotado no Brasil.
- 2 Administração pública.
 - 2.1 Administração pública em sentido amplo e em sentido estrito.
 - 2.2 Administração pública em sentido objetivo e em sentido subjetivo.
- 3 Regime jurídico-administrativo.

3.1 Conceito.

3.2 Conteúdo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos.

3.3 Princípios expressos e implícitos da administração pública.

3.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

4 Organização administrativa.

4.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração.

4.2 Administração direta.

4.2.1 Conceito.

4.2.2 Órgão público: conceito; teorias sobre as relações do Estado com os agentes públicos; características; e classificação.

4.3 Administração indireta.

4.3.1 Conceito.

4.3.2 Autarquias.

4.3.3 Agências reguladoras.

4.3.4 Agências executivas.

4.3.5 Fundações públicas.

4.3.6 Empresas públicas.

4.3.7 Sociedades de economia mista.

4.3.8 Consórcios públicos.

4.4 Entidades paraestatais e terceiro setor.

4.4.1 Serviços sociais autônomos.

4.4.2 Entidades de apoio.

4.4.3 Organizações sociais.

4.4.4 Organizações da sociedade civil de interesse público.

4.5 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

5 Atos administrativos.

5.1 Conceito.

5.2 Fatos da administração, atos da administração e atos administrativo.

5.3 Requisitos ou elementos.

5.4 Atributos.

5.5 Classificação.

5.6 Atos administrativos em espécie.

- 5.7 O silêncio no direito administrativo.
- 5.8 Extinção dos atos administrativos: Revogação, anulação e cassação.
- 5.9 Convalidação.
- 5.10 Vinculação e discricionariedade.
- 5.11 Atos administrativos nulos, anuláveis e inexistentes.
- 5.12 Decadência administrativa.
- 5.13 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 6 Processo administrativo.
- 6.1 Lei nº 9.784/1999.
- 6.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.
- 6.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 7 Poderes e deveres da administração pública:
 - 7.1 Poder regulamentar.
 - 7.2 Poder hierárquico.
 - 7.3 Poder disciplinar.
 - 7.4 Poder de polícia.
 - 7.5 Dever de agir.
 - 7.6 Dever de eficiência.
 - 7.7 Dever de probidade.
 - 7.8 Dever de prestação de contas.
 - 7.9 Uso e abuso do poder.
 - 7.10 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 8 Serviços públicos.
 - 8.1 Legislação pertinente.
 - 8.1.1 Lei nº 8.987/1995.
 - 8.1.2 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações (parceria público-privada).
 - 8.2 Disposições doutrinárias.
 - 8.2.1 Conceito.
 - 8.2.2 Elementos constitutivos.
 - 8.2.3 Formas de prestação e meios de execução.
 - 8.2.4 Delegação: concessão, permissão e autorização.
 - 8.2.5 Classificação.
 - 8.2.6 Princípios.

- 8.2.7 Remuneração.
- 8.2.8 Usuários.
- 8.2.9 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 9 Intervenção do Estado na propriedade.
- 9.1 Conceito.
- 9.2 Fundamento.
- 9.3 Modalidades.
 - 9.3.1 Limitação administrativa.
 - 9.3.2 Servidão administrativa.
 - 9.3.3 Ocupação temporária.
 - 9.3.4 Requisição administrativa.
 - 9.3.5 Tombamento.
 - 9.3.6 Desapropriação.
- 9.4 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 10 Licitações.
 - 10.1 Legislação pertinente.
 - 10.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei nº 14.133/2021.
 - 10.1.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.
 - 10.1.3 Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços).
 - 10.1.4 Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
 - 10.1.5 Fundamentos constitucionais.
 - 10.2 Disposições doutrinárias.
 - 10.2.1 Conceito.
 - 10.2.3 Objeto e finalidade.
 - 10.2.4 Destinatários.
 - 10.2.5 Princípios.
 - 10.2.6 Contratação direta: dispensa e inexigibilidade.
 - 10.2.7 Modalidades.
 - 10.2.8 Tipos.
 - 10.2.9 Procedimento.
 - 10.2.10 Anulação e revogação.
 - 10.2.11 Sanções administrativas.
 - 10.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

11 Contratos administrativos.

11.1 Legislação pertinente.

11.1.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei nº 14.133/2021.

11.1.2 Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações.

11.1.3 Lei nº 11.107/2005 e suas alterações e Decreto nº 6.017/2007 (consórcios administrativos).

11.2 Disposições doutrinárias.

11.2.1 Conceito.

11.2.2 Características.

11.2.3 Vigência.

11.2.4 Alterações contratuais.

11.2.5 Execução, inexecução e rescisão.

11.2.6 Convênios e instrumentos congêneres.

11.2.7 Consórcios públicos.

11.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

12 Controle da administração pública.

12.1 Conceito.

12.2 Classificação das formas de controle.

12.2.1. Conforme a origem.

12.2.2. Conforme o momento a ser exercido.

12.2.3. Conforme a amplitude.

12.3 Controle exercido pela administração pública.

12.4 Controle legislativo.

12.5 Controle judicial.

12.6 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

13 Improbidade administrativa.

13.1 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.

13.2 Disposições doutrinárias aplicáveis.

13.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.

14 Agentes públicos.

14.1 Legislação pertinente.

14.1.1 Lei nº 8.112/1990 e suas alterações.

- 14.1.2 Disposições constitucionais aplicáveis.
- 14.2 Disposições doutrinárias.
 - 14.2.1 Conceito.
 - 14.2.2 Espécies.
 - 14.2.3 Cargo, emprego e função pública.
 - 14.2.4 Provimento.
 - 14.2.5 Vacância.
 - 14.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.
 - 14.2.7 Remuneração.
 - 14.2.8 Direitos e deveres.
 - 14.2.9 Responsabilidade.
 - 14.2.10 Processo administrativo disciplinar.
 - 14.2.11 Regime de previdência.
- 14.3 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 15 Bens públicos.
 - 15.1 Conceito.
 - 15.2 Classificação.
 - 15.3 Características.
 - 15.4 Espécies.
 - 15.5 Afetação e desafetação.
 - 15.6 Aquisição e alienação.
 - 15.7 Uso dos bens públicos por particular.
 - 15.8 Jurisprudência aplicada dos tribunais superiores.
- 16 Responsabilidade civil do Estado.
 - 16.1 Evolução histórica.
 - 16.2 Teorias subjetivas e objetivas da responsabilidade patrimonial do Estado.
 - 16.3 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro.
 - 16.3.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.
 - 16.3.2 Responsabilidade por omissão do Estado.
 - 16.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.
 - 16.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.
 - 16.6 Reparação do dano.
 - 16.7 Direito de regresso.

- 16.8 Responsabilidade primária e subsidiária.
- 16.9 Responsabilidade do Estado por atos legislativos.
- 16.10 Responsabilidade do Estado por atos judiciais.

DIREITO CIVIL

- 1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.
 - 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.
 - 1.2 Conflito das leis no tempo.
 - 1.3 Eficácia das leis no espaço.
- 2 Pessoas naturais.
 - 2.1 Conceito.
 - 2.2 Início da pessoa natural.
 - 2.3 Personalidade.
 - 2.4 Capacidade.
 - 2.5 Direitos da personalidade.
 - 2.6 Nome civil.
 - 2.7 Estado civil.
 - 2.8 Domicílio.
 - 2.9 Ausência.
- 3 Pessoas jurídicas.
 - 3.1 Disposições Gerais.
 - 3.2. Conceito e Elementos Caracterizadores.
 - 3.3 Constituição.
 - 3.4 Extinção.
 - 3.5 Capacidade e direitos da personalidade.
 - 3.6 Domicílio.
 - 3.7 Sociedades de fato.
 - 3.8 Associações.
 - 3.9 Sociedades.
 - 3.10 Fundações.
 - 3.11 Grupos despersonalizados.
 - 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica.

- 3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.
- 4 Bens.
 - 4.1. Diferentes classes.
 - 4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.
 - 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.
- 5 Fato jurídico.
- 6 Negócio jurídico.
 - 6.1 Disposições gerais.
 - 6.2 Classificação e interpretação.
 - 6.3 Elementos.
 - 6.4 Representação.
 - 6.5 Condição, termo e encargo.
 - 6.6 Defeitos do negócio jurídico.
 - 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.
 - 6.8 Simulação.
- 7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.
- 8 Prescrição e decadência.
- 9 Prova do fato jurídico.
- 10 Obrigações.
 - 10.1 Características.
 - 10.2 Elementos
 - 10.3 Princípios.
 - 10.4 Boa-fé.
 - 10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo).
 - 10.6 Obrigações de dar.
 - 10.7 Obrigações de fazer e de não fazer.
 - 10.8 Obrigações alternativas e facultativas.
 - 10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis.
 - 10.10 Obrigações solidárias.
 - 10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia.
 - 10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada.
 - 10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais.
 - 10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas.

- 10.15 Obrigações principais e acessórias.
- 10.16 Transmissão das obrigações.
- 10.17 Adimplemento e extinção das obrigações.
- 10.18 Inadimplemento das obrigações.
- 11 Contratos.
 - 11.1 Princípios.
 - 11.2 Classificação.
 - 11.3 Contratos em geral.
 - 11.4 Disposições gerais.
 - 11.5 Interpretação.
 - 11.6 Extinção.
 - 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.
- 12 Atos unilaterais.
- 13 Títulos de crédito.
 - 13.1 Disposições gerais.
 - 13.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos.
- 14 Responsabilidade civil.
- 15 Preferências e privilégios creditórios.
- 16 Direito de empresa.
 - 16.1 Empresário.
 - 16.2 Empresa individual.
 - 16.3 Sociedade.
 - 16.4 Estabelecimento.
 - 16.5 Institutos complementares.
- 17 Posse.
- 18 Direitos reais.
 - 18.1 Disposições gerais.
 - 18.2 Propriedade.
 - 18.3 Superfície.
 - 18.4 Servidões.
 - 18.5 Usufruto.
 - 18.6 Uso.
 - 18.7 Habitação.

- 18.8 Direito do promitente comprador.
- 19 Direitos reais de garantia.
 - 19.1 Características.
 - 19.2 Princípios.
 - 19.3 Penhor, hipoteca e anticrese.
- 20 Direito de família.
 - 20.1 Casamento.
 - 20.2 Relações de parentesco.
 - 20.3 Regime de bens entre os cônjuges.
 - 20.4 Usufruto e administração dos bens de filhos menores.
 - 20.5 alimentos.
 - 20.6 Bem de família.
 - 20.7 União estável.
 - 20.8 Concubinato.
 - 20.9 Tutela.
 - 20.10 Curatela.
- 21 Direito das sucessões.
 - 21.1 Sucessão em geral.
 - 21.2 Sucessão legítima.
 - 21.3 Sucessão testamentária.
 - 21.4 Inventário e partilha.
- 22 Lei nº 8.078/1990 e suas alterações (Direito das relações de consumo).
 - 22.1 Consumidor.
 - 22.2 Direitos do consumidor.
 - 22.3 Fornecedor, produto e serviço.
 - 22.4 Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos.
 - 22.5 Práticas comerciais.
 - 22.6 Proteção contratual.
- 23 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações (Parcelamento do solo urbano).
- 24 Lei nº 6.015/1973 (Registros Públicos).
 - 24.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação.
 - 24.2 Procedimento de dúvida.

25 Lei nº 10.741/2003 e suas alterações (Estatuto do Idoso).

26 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).

26.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.

27 Direitos autorais.

28 Lei nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).

28.1 Disposições preliminares, direitos fundamentais, prevenção, medidas de proteção, perda e suspensão do poder familiar, destituição de tutela, colocação em família substituta.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil.

2 Normas processuais civis.

3 A jurisdição.

4 A Ação.

4.1 Conceito, natureza, elementos e características.

4.2 Condições da ação.

4.3 Classificação.

5 Pressupostos processuais.

6 Preclusão.

7 Sujeitos do processo.

7.1 Capacidade processual e postulatória.

7.2 Deveres das partes e procuradores.

7.3 Procuradores.

7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.

7.5 Litisconsórcio.

8 Intervenção de terceiros.

9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.

10 Ministério Público.

11 Advocacia Pública.

- 12 Defensoria Pública.
- 13 Atos processuais.
 - 13.1 Forma dos atos.
 - 13.2 Tempo e lugar.
 - 13.3 Prazos.
 - 13.4 Comunicação dos atos processuais.
 - 13.5 Nulidades.
 - 13.6 Distribuição e registro.
 - 13.7 Valor da causa.
- 14 Tutela provisória.
 - 14.1 Tutela de urgência.
 - 14.2 Disposições gerais.
- 15 Formação, suspensão e extinção do processo.
- 16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.
 - 16.1 Procedimento comum.
 - 16.2 Disposições Gerais.
 - 16.3 Petição inicial.
 - 16.4 Improcedência liminar do pedido.
 - 16.5 Audiência de conciliação ou de mediação.
 - 16.6 Contestação, reconvenção e revelia.
 - 16.7 Audiência de instrução e julgamento.
 - 16.8 Providências preliminares e de saneamento.
 - 16.9 Julgamento conforme o estado do processo.
 - 16.10 Provas.
 - 16.11 Sentença e coisa julgada.
 - 16.12 Cumprimento da sentença.
 - 16.13 Disposições Gerais.
 - 16.14 Cumprimento.
 - 16.15 Liquidação.
- 17 Procedimentos Especiais.
- 18 Procedimentos de jurisdição voluntária.
- 19 Processos de execução.
- 20 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.

- 21 Livro Complementar.
- 22 Disposições finais e transitórias.
- 23 Mandado de segurança.
- 24 Ação popular.
- 25 Ação civil pública.
- 26 Ação de improbidade administrativa.
- 27 Reclamação constitucional.
- 28 Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (Locação de imóveis urbanos).
- 28.1 Procedimentos.
- 29 Jurisprudência dos tribunais superiores.

DIREITO DO TRABALHO

- 1 Princípios e fontes do direito do trabalho.
- 2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).
- 3 Relação de trabalho e relação de emprego.
 - 3.1 Requisitos e distinção.
 - 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso).
- 4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu.
 - 4.1 Empregado e empregador.
 - 4.3 Poderes do empregador no contrato de trabalho.
- 5 Grupo econômico.
 - 5.1 Sucessão de empregadores.
 - 5.2 Responsabilidade solidária
- 6 Contrato individual de trabalho.
 - 1.1 Conceito, classificação e características.
- 7 Alteração do contrato de trabalho.
 - 7.1 Alteração unilateral e bilateral.
 - 7.2 O jus variandi.
- 8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.
 - 1.1 Caracterização e distinção.

- 9 Rescisão do contrato de trabalho.
 - 9.1 Justa causa.
 - 9.2 Rescisão indireta.
 - 9.3 Dispensa arbitrária.
 - 9.4 Culpa recíproca.
 - 5.5 Indenização.
- 10 Aviso prévio.
- 11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego.
 - 11.1 Formas de estabilidade.
 - 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.
- 12 Duração do trabalho.
 - 12.1 Jornada de trabalho.
 - 12.2 Períodos de descanso.
 - 12.3 Intervalo para repouso e alimentação.
 - 12.4 Descanso semanal remunerado.
 - 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário.
 - 12.6 Sistema de compensação de horas
- 13 Salário-mínimo.
 - 13.1 Irredutibilidade e garantia.
- 14 Férias.
 - 14.1 Direito a férias e sua duração.
 - 14.2 Concessão e época das férias.
 - 14.3 Remuneração e abono de férias.
- 15 Salário e remuneração.
 - 15.1 Conceito e distinções.
 - 15.2 Composição do salário.
 - 15.3 Modalidades de salário.
 - 15.4 Formas e meios de pagamento do salário.
 - 15.5 13º salário.
- 16 Equiparação salarial.
 - 16.1 Princípio da igualdade de salário.
 - 16.2 Desvio de função.
- 17 FGTS.

- 18 Prescrição e decadência.
- 19 Segurança e medicina no trabalho.
 - 19.1 CIPA.
 - 19.2 Atividades insalubres ou perigosas
- 20 Proteção ao trabalho do menor.
- 21 Proteção ao trabalho da mulher.
 - 21.1 Estabilidade da gestante.
 - 21.2 Licença maternidade.
- 22 Direito coletivo do trabalho.
 - 22.1 Convenção nº 87 da OIT (liberdade sindical).
 - 22.2 Organização sindical.
 - 22.3 Conceito de categoria.
 - 22.4 Categoria diferenciada.
 - 22.5 Convenções e acordos coletivos de trabalho.
- 23 Direito de greve e serviços essenciais.
- 24 Comissões de conciliação prévia.
- 25 Renúncia e transação.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

- 1 Procedimentos nos dissídios individuais.
 - 1.1 Reclamação.
 - 1.2 Jus postulandi.
 - 1.3 Revelia.
 - 1.4 Exceções.
 - 1.5 Contestação.
 - 1.6 Reconvenção.
 - 1.7 Partes e procuradores.
 - 1.8 Audiência.
 - 1.9 Conciliação.
 - 1.10 Instrução e julgamento.
 - 1.11 Justiça gratuita.
- 2 Provas no processo do trabalho.

- 2.1 Interrogatórios.
- 2.2 Confissão e consequências.
- 2.3 Documentos.
- 2.4 Oportunidade de juntada.
- 2.5 Prova técnica.
- 2.6 Sistemática da realização das perícias.
- 2.7 Testemunhas.
- 3 Recursos no processo do trabalho.
 - 3.1 Disposições gerais.
 - 3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo.
 - 3.1.2 Recursos no processo de cognição.
 - 3.1.3 Recursos no processo de execução.
- 4 Processos de execução.
 - 4.1 Liquidação.
 - 4.2 Modalidades da execução.
 - 4.3 Embargos do executado - impugnação do exequente.
- 5 Jurisprudência do tribunal superior do trabalho.
 - 5.1 Súmulas e orientações jurisprudenciais.
- 6 Prescrição e decadência no processo do trabalho.
- 7 Competência da justiça do trabalho.
- 8. Rito sumaríssimo no dissídio individual.
- 9 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.
- 10 Ação rescisória no processo do trabalho.
- 11 Mandado de segurança.
 - 11.1 Cabimento no processo do trabalho.
- 12 Dissídios coletivos.
- 13 Instrução Normativa [editada pela Resolução 203, de 15 de março de 2016] - Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- 14 Instrução Normativa 41 [editada pela Resolução 21, de 21 de junho de 2018] - Tribunal Superior do Trabalho (TST).

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO



- 1 Fundamentos legais aplicáveis à informatização do processo judicial.
2. Princípios peculiares ao processo eletrônico.
3. Aspectos gerais da Lei Federal nº 11.419/2006.
4. Aspectos Gerais da Resolução nº 185, de 24 de março de 2017 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
5. Práticas processuais eletrônicas no Judiciário brasileiro: prazos, Diário Judicial eletrônico, intimações e procurações eletrônicas, cadastramento, consultas, certidões.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

- 1 Processo administrativo.
 - 1.1 Funções de administração: planejamento, organização, direção e controle.
 - 1.2 Processo de planejamento.
 - 1.2.1 Planejamento estratégico: visão, missão e análise SWOT.
 - 1.2.2 Análise competitiva e estratégias genéricas.
 - 1.2.3 Redes e alianças.
 - 1.2.4 Planejamento tático.
 - 1.2.5 Planejamento operacional.
 - 1.2.6 Administração por objetivos.
 - 1.2.7 Balanced scorecard.
 - 1.2.8 Processo decisório.
 - 1.3 Organização.
 - 1.3.1 Estrutura organizacional.
 - 1.3.2 Tipos de departamentalização: características, vantagens e desvantagens de cada tipo.
- 2 Comportamento organizacional: relações indivíduo/organização, motivação, liderança, desempenho.
- 3 Competência interpessoal.
- 4 Gerenciamento de conflitos.

ORÇAMENTO

- 1 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas; formas e dimensões da intervenção da Administração na economia.
- 2 Orçamento público e sua evolução.
 - 2.1 Orçamento como instrumento do planejamento governamental.
 - 2.2 Princípios orçamentários.
- 3 O orçamento público no Brasil.
 - 3.1 Plano Plurianual (PPA).
 - 3.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - 3.3 Lei Orçamentária Anual (LOA).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova